



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2018
(Da Sra. Carmen Zanotto)

*Requer informações ao
Ministro da Fazenda acerca de
processos envolvendo instituições
financeiras julgados pelo CARF.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, **Sr. Eduardo Guardia**, acerca dos julgamentos realizados envolvendo instituições financeiras no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), nos seguintes termos:

- 1) Tabela dos processos julgados envolvendo instituições financeiras contendo: o número dos processos; o assunto; os valores envolvidos; o nome da instituição financeira; o resultado do julgamento e o nome dos conselheiros que julgaram, bem como foram os seus votos;
- 2) Comparativo do tempo médio de tramitação dos processos envolvendo as instituições financeiras e os demais processos;
- 3) Medidas especiais tomadas para dar maior publicidade aos julgamentos de processos que envolvem quantias mais elevadas;
- 4) Publicidade das agendas dos conselheiros;
- 5) Medidas tomadas para incluir conselheiros representantes de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

contribuintes não ligados à Confederações;

6) Legislação sobre os critérios de escolha dos Conselheiros;

JUSTIFICAÇÃO

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF é o órgão com atribuição de julgar em segunda instância administrativa, os litígios em matéria tributária e aduaneira. Ao longo dos últimos anos acompanhamos com atenção o resultado dos julgamentos envolvendo o interesse de instituições financeiras. Segundo notícias veiculadas pela imprensa, só neste ano, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) “perdoou” R\$ 27 bilhões em dívidas de bancos privados. O valor se refere aos processos dos bancos Itaú Unibanco e Santander.

Nos últimos anos fomos surpreendidos com o conhecimento de inúmeros casos de corrupção envolvendo diversos conselheiros que atuavam no CARF. Infelizmente, construiu-se naquela instituição, um imbricado sistema criminoso com objetivo claro de privilegiar determinados contribuintes em desfavor do interesse público.

Diante desse histórico recente acreditamos ser essencial que os julgamentos no âmbito do CARF devem obedecer a critérios máximos de publicidade para que não parem dúvidas acerca da atuação dos Conselheiros, bem como dos representantes das partes.

Ademais, devemos pensar em uma participação mais efetiva da sociedade civil para que não sejamos representados majoritariamente por Conselheiros indicados por Confederação de empresários.

Pelos motivos expostos, solicito a Vossa Excelência as informações



CÂMARA DOS DEPUTADOS

acima elencadas, agradecendo desde logo todos os esclarecimentos que puder nos remeter.

Sala das Sessões, em de junho de 2018.

Deputada Carmen Zanotto
PPS/SC